SUPRESSIVA Nº 08

Suprima-se o artigo 2º do Projeto de lei nº 4416/2021.
Edifício Lucio Costa, 02 de dezembro de 2021.

Deputados CHIQUINHO DA MANGUEIRA, Marcus Vinícius, Dr. Deodatto
EMENDAS DE PLENÁRIO, EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA, EM 1ª DISCUSSÃO, AO PROJETO DE LEI Nº 328/2019, DE AUTORIA DA DEPUTADA ZEIDAN

MODIFICATIVA Nº 01

Modifique-se o Art. 4º da presente proposição, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - Em conformidade com a ulterior regulamentação desta lei, a Secretaria da Educação em conjunto com a Secretaria de Defesa Civil, ou outra que a suceder, tomarão as medidas cabíveis no sentido de sua execução e fiscalização.
Edifício Lucio Costa, 02 de dezembro de 2021.
Deputado RODRIGO AMORIM

MODIFICATIVA Nº 02

Modifique-se o Art. 1º da presente proposição, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - A rede pública estadual de ensino adotará política de emergência e combate a incêndios, a serem aplicadas em suas dependências, com o objetivo de:
Edifício Lucio Costa, 02 de dezembro de 2021.
Deputado RODRIGO AMORIM

MODIFICATIVA Nº 03

Modifique-se o Art. 2º da presente proposição, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - O Corpo de Bombeiros, em calendário a ser instituído pelo órgão, deverá realizar junto as instituições escolares, públicas e privadas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro rotina de simulação de emergência e incêndio.
Edifício Lucio Costa, 02 de dezembro de 2021.
Deputado RODRIGO AMORIM

SUPRESSIVA Nº 04

Suprima-se o Art. 3º da presente proposição legislativa.
Edifício Lucio Costa, 02 de dezembro de 2021.
Deputado RODRIGO AMORIM

EMENDAS DE PLENÁRIO, EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA, EM 1ª DISCUSSÃO, AO PROJETO DE LEI Nº 5018/2021, DE AUTORIA DA DEPUTADA ADRIANA BALTHAZAR.

MODIFICATIVA Nº 01

Modifique-se o Art. 2º, que passa a ter a seguinte redação: "Art. 2º - O Poder Executivo, através da secretaria competente, poderá implementar palestras, feiras e visitas".
Edifício Lúcio Costa, 02 de dezembro de 2021.
Deputado ALEXANDRE FREITAS

MODIFICATIVA Nº 02

Modifique-se o parágrafo único do Art. 1º, que passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo Único. No período definido no caput deste artigo poderão ocorrer atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo, visando divulgar os locais e atrações voltadas ao turismo e à pesquisa de observação astronômica no Estado".
Edifício Lúcio Costa, 02 de dezembro de 2021.
Deputado ALEXANDRE FREITAS

PARECER ORAL

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 625/2018 QUE "INSTITUI, NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O PRÊMIO MARIELLE FRANCO."

Autores: Deputados ZEIDAN, MARCELO FREIXO, ANDRÉ CECILIANO, ELIOMAR COELHO, ENFERMEIRA REJANE, WALDECK CARNEIRO, FLAVIO SERAFINI, LUIZ PAULO, CARLOS MINC, RENATA SOUZA, MARTHA ROCHA, BEBETO, DANI MONTEIRO, MÔNICA FRANCISCO

Relator: Deputado MÁRCIO PACHECO

CONTRÁRIO À EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01; FAVORÁVEL À AGLUTINAÇÃO DA EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA COM A EMENDA DE PLENÁRIO Nº 02, CONCLUINDO POR SUBSTITUTIVO

I - RELATÓRIO

Trata-se de exame a 02 (duas) Emendas de Plenário ao Projeto de Resolução N.º 625/2018 QUE "INSTITUI, NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O PRÊMIO MARIELLE FRANCO."

II - PARECER DO RELATOR

Conforme determina o art. 26, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciar acerca da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa deste projeto.

A emenda n.º 02 agrega a proposição e pro isso será acolhida em sua literalidade. Já emenda n.º 01 não se coaduna com a proposição e por isso será rejeitada.

Ante o exposto, meu parecer às Emendas de Plenário ao Projeto de Resolução n.º 5018/2021 é **CONTRÁRIO À EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01; FAVORÁVEL À AGLUTINAÇÃO DA EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA COM A EMENDA DE PLENÁRIO Nº 02, CONCLUINDO POR SUBSTITUTIVO, com a seguinte redação:**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 625/2018

INSTITUI, NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO O PRÊMIO MARIELLE FRANCO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Prêmio Marielle Franco, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a ser concedido anualmente a defensores e defensoras de direitos humanos que tenham desenvolvido ou estejam desenvolvendo ações de promoção, valorização ou defesa dos direitos humanos no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - O Prêmio Marielle Franco constitui-se de menção honrosa, a ser publicada nos Anais da Assembleia Legislativa e de um Diploma de Reconhecimento, contendo impresso o brasão do Estado do Rio de Janeiro, a identidade nominal da pessoa homenageada, e as ações que, em razão da sua originalidade, vulto ou caráter exemplar, se façam dignas de registro, divulgação e reconhecimento público, em todas as áreas de defesa dos direitos humanos, com especial destaque para os direitos da população negra e das mulheres.

Art. 3º - O Diploma deverá ser assinado pelo Presidente da Alerj - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e pelo(s) deputado(s) autor do Projeto de Resolução.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta da dotação orçamentária da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 02 de dezembro de 2021.
Deputado **MÁRCIO PACHECO**
Relator

*** PARECER ORAL**

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 4584/2021 QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAÇÃO DO "CARTÃO PRONTIDÃO" PARA OS FAMILIARES DE PESSOAS DESAPARECIDAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO."

Autor: Deputado DANNIEL LIBRELON.

Autores das Emendas: Deputado Luiz Paulo (n.º 01)
Deputada Mônica Francisco (n.ºs 02 e 03)
Deputada Enfermeira Rejane (n.º 04 e 05)
Deputado Waldeck Carneiro (n.ºs 06 à 08)
Deputada Renata Souza (n.º 09)

Relator: Deputado Márcio Pacheco

FAVORÁVEL ÀS EMENDAS N.ºS 06, 07, 08 E 09, FAVORÁVEL COM SUBEMENDA À EMENDA N.º 03, FAVORÁVEL COM SUBEMENDA AGLUTINATIVA ÀS EMENDAS N.ºS 02 E 05, CONTRÁRIO ÀS DEMAIS EMENDAS, CONCLUINDO POR SUBSTITUTIVO

I - RELATÓRIO

Trata-se de análise de 09 (nove) Emendas de Plenário ao Projeto de Lei Nº 4584/2021 QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAÇÃO DO "CARTÃO PRONTIDÃO" PARA OS FAMILIARES DE PESSOAS DESAPARECIDAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO."

II - PARECER DO RELATOR

Conforme determina o art. 26, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro compete a esta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

As emendas n.ºs 06, 07, 08 e 09 devem ser aprovadas em sua literalidade, uma vez que agrega a redação do projeto de lei. A emenda n.º 03 agrega ao projeto, ainda que com subemenda. As emendas 02 e 05 somam ao projeto, mesmo com subemenda aglutinativa. As demais emendas do ponto de vista deste relator não se coadunam com a proposição e por isso não serão acolhidas.

SUBEMENDA À EMENDA N.º 03

Acrescente-se parágrafo único ao artigo 2º do projeto, com a seguinte redação:

"Art. 2º - (...)

Parágrafo Único - A obrigação disposta no caput do presente artigo não transfere aos familiares do desaparecido qualquer responsabilidade com o andamento das investigações, atribuição que permanece a cargo da Polícia Civil."

SUBEMENDA AGLUTINATIVA ÀS EMENDAS N.ºS 02 E 05

Modifique-se o artigo 9º, para que passa a conter a seguinte redação:

"Art. 9º - A família será responsabilizada pela devolução dos valores pagos em excesso em decorrência do atraso no cumprimento do inciso IV do art. 6º."

Diante do exposto, meu parecer às Emendas de Plenário do Projeto de Lei n.º 4584/2021 é **FAVORÁVEL ÀS EMENDAS N.ºS 06, 07, 08 E 09, FAVORÁVEL COM SUBEMENDA À EMENDA N.º 03, FAVORÁVEL COM SUBEMENDA AGLUTINATIVA ÀS EMENDAS N.ºS 02 E 05, CONTRÁRIO ÀS DEMAIS EMENDAS, CONCLUINDO POR SUBSTITUTIVO, com a seguinte redação:**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4584/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAÇÃO DO "CARTÃO PRONTIDÃO" PARA OS FAMILIARES DE PESSOAS DESAPARECIDAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º. Fica o poder executivo autorizado a criar o "Cartão Prontidão" para familiares de pessoas desaparecidas no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único. Pessoa desaparecida, de acordo com a Lei Federal n.º 13.812, de 16 de março de 2019, é definida como "todo ser humano cujo paradeiro é desconhecido, não importando a causa de seu desaparecimento, até que sua recuperação e identificação tenham sido confirmadas por vias físicas ou científicas".

Art. 2º. O "Cartão Prontidão" tem o objetivo de fornecer um benefício aos familiares de pessoas desaparecidas, para ajudá-los nos procedimentos de buscas e acompanhamento das investigações.

Parágrafo Único - A obrigação disposta no caput do presente artigo não transfere aos familiares do desaparecido qualquer responsabilidade com o andamento das investigações, atribuição que permanece a cargo da Polícia Civil.

Art. 3º. O poder executivo definirá qual secretaria será responsável pela supervisão, coordenação de cadastros, averiguação das informações e entrega do "Cartão Prontidão" aos beneficiários.

Art. 4º. Farão jus ao benefício de que trata esta Lei pais, filhos ou irmãos, biológicos ou adotivos, da pessoa desaparecida.

§1º - Quando a pessoa desaparecida tiver pai e mãe vivos, o benefício de que trata a presente Lei será concedido a mãe, observados os requisitos de concessão fixados nesta Lei.

§2º - Quando a pessoa desaparecida tiver mais de um irmão, o benefício de que trata a presente Lei será assegurado ao irmão que tiver mais idade, observados os requisitos de concessão fixados nesta Lei.

Art. 5º. Ficam estabelecidas as execuções de alguns procedimentos para que o benefício possa ser concedido, tais como:

I. comprovação pelo familiar, do grau de parentesco estabelecido no artigo 4º, através de documentação;

II. registro do desaparecimento em ocorrência policial;

III. o registro de ocorrência deve ter um prazo decorrido de uma semana, para que os familiares possam requerer o direito ao benefício;

IV. tão logo a pessoa desaparecida seja encontrada ou a investigação seja finalizada, o cartão deixará de ter funcionalidade.

Art. 6º. O Cartão Prontidão poderá ter o valor de um salário mínimo e terá a duração de três meses a partir da data da sua aquisição.

Art. 7º. O não cumprimento de um ou todos os procedimentos expressos no Art. 5º deixará a família desprovida do benefício.

Art. 8º. A família será responsabilizada pela devolução dos valores pagos em excesso em decorrência do atraso no cumprimento do inciso IV do art. 5º.

Art. 9º. Não será permitida a concessão do benefício às famílias que já recebem algum tipo de auxílio da parte do Poder Público (Bolsa Família, Auxílio Emergencial, etc.)

Art. 10. Caberá ao Poder Executivo a regulamentação desta lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 11 de novembro de 2021.
Deputado **Márcio Pacheco**
Relator

*(Omitido no D.O. de 02.12.2021.)

Id: 2358620

Comissões**PERMANENTES****PARECER**

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 1650/2019 QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO MANTEREM SEUS SÍTIOS ELETRÔNICOS ATUALIZADOS".

Autor: Deputado DANNIEL LIBRELON
Relator: Deputado CHICO MACHADO

(CONSTITUCIONALIDADE)**I - RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de Lei nº 1650/2019 que "dispõe sobre a obrigatoriedade dos órgãos públicos do Estado do Rio de Janeiro manterem seus sítios eletrônicos atualizados".

II - PARECER DO RELATOR

O projeto de lei em análise é meritório em seu conteúdo e dá eficácia material aos princípios da publicidade e da transparência, consagrados pelo Artigo 37 da CRFB/88.

Ex positis, manifesto-me pela CONSTITUCIONALIDADE com relação ao Projeto de Lei nº 1650/2019.

Sala das Comissões, 08 de junho de 2021
(a) Deputado CHICO MACHADO - Relator

III - CONCLUSÃO

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, na 21ª Reunião Extraordinária semipresencial, realizada em 01 de dezembro de 2021, aprovou o parecer do relator pela CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 1650/2019.

Sala das Comissões, 01 de dezembro de 2021.

(a) Deputados MÁRCIO PACHECO, Presidente; LUIZ PAULO, CARLOS MINC, membros efetivos; WALDECK CARNEIRO, suplente.

PARECER

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 1867/2020, QUE "DISPÕE SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE DE VEÍCULOS NAS PRAÇAS DE PEDÁGIOS SOB CONCESSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, AO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (SINESP CIDADÃO)".

Autor: Deputado LEO VIEIRA

Relator: Deputado CHICO MACHADO

(CONSTITUCIONALIDADE)**I - RELATÓRIO**

Trata-se de exame ao Projeto de Lei nº 1867/2020, que "dispõe sobre a integração dos sistemas de controle de veículos nas praças de pedágios sob concessão do Estado do Rio de Janeiro, ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SINESP cidadão)".

II - PARECER DO RELATOR

O presente projeto de lei não possui qualquer óbice formal ou material sob a ótica constitucional.

Além disso, é meritório, considerando que é uma medida que dá eficácia material à política de segurança pública.

Por todo o exposto, o meu parecer é pela CONSTITUCIONALIDADE.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2021

(a) Deputado CHICO MACHADO - Relator

III - CONCLUSÃO

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, na 21ª Reunião Extraordinária semipresencial, realizada em 01 de dezembro de 2021, aprovou o parecer do relator pela CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 1867/2020.

Sala das Comissões, 01 de dezembro de 2021.

(a) Deputados MÁRCIO PACHECO, Presidente; LUIZ PAULO, CARLOS MINC, membros efetivos; WALDECK CARNEIRO, suplente.

PARECER

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 1894/2020, QUE "ALTERA A LEI Nº 7.115, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015, NA FORMA QUE MENCIONA".

Autor: Deputado WALDECK CARNEIRO

Relator: Deputado CARLOS MINC

(CONSTITUCIONALIDADE)**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei que "altera a Lei nº 7.115, de 24 de novembro de 2015, na forma que menciona".

II - PARECER DO RELATOR

A proposta do nobre Deputado Waldeck Carneiro é meritória e de grande relevância social, uma vez que objetiva estabelecer garantias ao aleitamento materno em locais exclusivos, e neste caso em salas de aula.

Trata-se de uma importante iniciativa que, com certeza, contribuirá para assegurar à lactante o direito de amamentar a criança em todo e qualquer ambiente, público ou privado, ainda que estejam disponíveis locais exclusivos para a prática.

Quanto ao suporte constitucional já exposto na justificativa do projeto em tela, o direito à saúde é contemplado nos artigos 196 da Constituição Federal, bem como nos artigos 8º e 294 da Constituição Estadual, conforme segue:

Constituição Federal

"Art. 196 A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."